

**(Egídio Turchi é professor aposentado pelo Instituto de Letras da UFG e ex-diretor da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFG)*



OS PRIMEIROS ANOS DA UFG: EM BUSCA DO NOVO E DO AUTÊNTICO

Egídio Turchi*

Os meios de comunicação nos informam, com freqüência, da criação de instituições de ensino superior e, mesmo, de universidades, com nomes estranhos para nossos ouvidos, que brotam na capital e no interior, não diria, como cogumelos; mas com bastante facilidade e sem entraves. Há 40 anos, as duas primeiras universidades criadas no Planalto Central custaram muito sacrifício e lutas acirradas.

Depoimentos de fundadores e pioneiros já foram gravados, suficientes para futuros pesquisadores poderem reconstruir, desde o início, a História da criação de uma só unidade – a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da qual fui o primeiro e único diretor porque, com a reforma de 1966, ela foi totalmente desmembrada, dando origem a duas faculdades distintas e a vários Institutos.

Se a luta pela criação da UFG foi a luta de muitos, podemos afirmar, de todo o povo goiano, governo, estudantes e intelectuais – a luta para criar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi, sobretudo, de um homem, o professor Colemar Natal e Silva, primeiro reitor da universidade.

Idealista de visão dinâmica e clara dos problemas universitários, sentiu que faltava à universidade aquele princípio unificador, um núcleo central em torno do qual gravitasse as atividades universitárias, sem o qual a Universidade continuaria a ser um agregado de faculdades estanques. A criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras era um imperativo da própria Lei nº 3.834 C, Lei que, ao criar a Universidade Federal de Goiás, dispunha em seu artigo 2º parágrafo 2º que, dentro do prazo de 3 anos, o Poder Executivo devia criar ou promover a agregação à Universidade de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Pode parecer, hoje, estranho que a lei, ao criar uma universidade se preocupasse com a falta de uma simples unidade. Convém lembrar que, naquele tempo, as universidades só poderiam ser criadas se tivessem a Faculdade de Direito e a de Filosofia, Ciências e Letras. As demais eram optativas, só estas duas obrigatórias.

O parágrafo enxertado no texto da Lei servia para dar forma legal à criação da nova universidade, tendo em vista que a Faculdade de Filosofia iria ser criada no prazo de 3 anos, o legislador fez de conta que ela já existia. Na prática, o jeitinho se revelou inoperante, o simples

fato de torná-la imperativo da Lei não a criava e, muito menos, a punha em funcionamento.

O Brasil debatia-se em crise financeira, como hoje; não havia verbas, sobretudo para a educação, como sempre. O parlamentarismo que se instalara, à época, no país, após a renúncia de Jânio Quadros, transformou as soluções dos problemas num autêntico jogo de empurra, entre o Poder Executivo e o Legislativo. Todos, na universidade e no MEC, estavam aparentemente de acordo, nos altos e baixos escalões, mas o processo de reconhecimento, já pronto, desaparecia nos labirintos ministeriais; uma vez chegou até o Conselho Federal de Educação, só com a capa, esvaziado que fora de todos os documentos. A luta não era em campo aberto, mas entre bastidores, contra inimigos fantasmas, divididos em dois campos: de um lado os que afirmavam que, embora necessária legalmente, podia-se muito bem passar sem ela, do outro, os que a queriam tão perfeita que a tornavam impossível.

As faculdades de Filosofia, sejam as estruturadas no modelo da USP ou dos Institutos Centrais de Brasília eram verdadeiros focos de fermentação social contra o tradicionalismo e a estagnação. Isto, talvez, faça compreender o porquê de tanta celeuma.

O Magnífico Reitor, Colemar Natal e Silva, cansado de tantas promessas e sabotagens, resolveu avançar o sinal, amparando-se no Art. Nº 133 do antigo Estatuto da universidade, que previa a criação e funcionamento de cursos próprios da Faculdade de Filosofia, provisoriamente, em outras unidades. Na sessão ordinária de 25 de setembro de 1962, o Conselho Universitário aprovou o funcionamento de 4 cursos: Letras, Pedagogia, Matemática e Física. Guardo como relíquia, o inteiro teor daquela corajosa reunião que não só aprovou como definiu a nova faculdade – força unificadora do ensino básico da universidade e não agência incolor de diplomação.

Coube ao professor Genesco Fer-

reira Bretas a tarefa de preparar o regimento da nova faculdade e, aos professores Egídio Turchi, Orlando de Castro e Floracy Amaral Rebouças, após percorrerem os colégios secundários de Goiânia, para uma intensa propaganda, começar cursos preparatórios para os exames vestibulares da nova Faculdade no Instituto França, à Rua 29, Centro.

A reação, porém, foi mais violenta do que era lógico esperar, o próprio Conselho Universitário se assustou diante das críticas generalizadas. Publicou-se nos jornais que não havia verbas para abertura de novos cursos, que não era esta a forma legal para uma nova faculdade e que, portanto, seus diplomas não teriam valor e os alunos perderiam seu tempo. Foi neste clima que, no dia 14 de Novembro de 1962, o Diário Oficial da União publicou o Decreto nº 51.882, de 8 de Novembro, criando uma nova universidade. Decreto firmado por João Goulart, Hermes Lima e Darcy Ribeiro, respectivamente, Presidente, Primeiro Ministro e Ministro da Educação. Em 17 de Dezembro de 1962, foram realizados os primeiros exames vestibulares e as aulas começaram no dia 14 de março de 1963. O número de alunos matriculados no primeiro ano foi 180, assim distribuídos: 20 para o curso de Letras Vernáculas, 70 para o curso de Letras Modernas, 57 para o curso de Pedagogia e 33 para os cursos de Matemática e Física.

No primeiro ano, a Faculdade funcionou em 3 salas emprestadas pela Escola de Engenharia e, no segundo ano, foi obrigada a funcionar em 4 lugares diferentes – as 3 salas da Escola de Engenharia, o 2º andar de um prédio na Rua 20, esquina com a rua 15, 2 salas emprestadas pela Faculdade de Direito, na rua 20, e 2 salas no Instituto Histórico de Goiás, na Rua 82. Estes dados, talvez de pouco interesse, mas que representam de algum modo as dificuldades dos primeiros anos de funcionamento, dificilmente poderão ser encontrados nas secretarias, nos arquivos dos diversos institutos e faculdades em que fracionou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque, ao criar as novas instituições, fizeram-se limpezas tão profundas e radicais que, hoje, não se acha mais nada daqueles primeiros anos.

Os dados deste depoimento podem ser confirmados nas páginas de “O Quarto Poder”, Ano 1 nº 62, de 25 de Novembro de 1963. Após tantos anos, é útil reavivar a memória para que não se perca de tudo o sentido de tantas lutas, mesmo que as gerações atuais possam questionar nossos objetivos, nós também estávamos à procura do novo e do autêntico, na convicção de que o novo e autêntico fossem sempre a melhor escolha.

UFG

Assina decreto de criação da UFG



Na foto acima, Juscelino Kubitschek assina oficialmente o decreto de criação da UFG.

Na foto ao lado, o presidente Juscelino Kubitschek recebe título honorífico do primeiro reitor da UFG.

Aprovado no dia 14 de dezembro de 1960, o decreto foi assinado pelo presidente Juscelino Kubitschek no dia 18 do mesmo mês. A cerimônia para a assinatura foi realizada na Praça Cívica e reuniu milhares de pessoas de todo o Estado, demonstrando que a nova universidade era um anseio geral do povo goiano. A partir desse momento, algo demonstraria que a nova instituição não serviria apenas como referência de ensino, mas também como um canal cultural responsável pelo intercâmbio entre Goiás e outros Estados brasileiros. A UFG cumpriria, então, um de seus mais importantes papéis: o de produzir conhecimento e de contribuir com o desenvolvimento científico, tecnológico, social e cultural do País.

Em discurso pronunciado na cerimônia de assinatura do decreto de criação da UFG, Colemar Natal e Silva previa para Goiás um papel de destaque na evolução social e política do País, já que em breve a Capital Federal seria mudada para o Estado goiano. O futuro reitor depositava na UFG sua maior esperança de que esse quadro viesse a se concretizar. De forma enfática, ele havia dito ao presidente Juscelino Kubitschek: "É cuidando, acima de tudo, da cultura do povo deste grande Estado, senão esquecido, outrora não atendido como hoje, em todas as suas justas reivindicações, que Vossa Excelência terá contribuído decisivamente para que ela possa exercer o papel que lhe cabe, após a mudança da Capital Federal, na evolução social e política do Brasil de amanhã".

Aula inaugural

Em 7 de março de 1961 foi realizada a primeira aula inaugural da Universidade Federal de Goiás, em solenidade que lotou o Cine Teatro Goiânia. A sede da Reitoria passou, então, a funcionar provisoriamente na Rua 20, Centro, onde se localizava a Faculdade de Direito. Seguiu-se, a partir daí, uma das fases mais difíceis da universidade, a organização do espaço físico. O momento econômico do País era bastante crítico, com uma inflação elevada e isso fez com que a moeda nacional sofresse uma grave desvalorização frente ao mercado internacional.

Para que o planejamento da UFG, considerado à época como um dos mais avançados do País, fosse praticado, seria necessário aumentar a verba destinada à universidade de 114 para 400 milhões de cruzeiros (moeda em vigor naquela época). Em meio a insistentes viagens a Brasília, aos prolongados plantões do professor Colemar nas ante-salas da Presidência da República e dos Ministérios da Educação e da Fazenda, foi possível dar andamento à construção da universidade, numa área de 161.000 metros quadrados, no Setor Universitário.



Manifestação popular na Praça Cívica

Semana do planejamento

Numa época em que a maior parte das universidades brasileiras eram criadas a partir de um aglomerado de faculdades e transformadas em lei, sem um projeto pedagógico especificamente adequado, a "Semana de Planejamento" da UFG causou surpresa ao meio universitário nacional. Realizado logo após a instalação, o evento teve como expositores personalidades importantes na área cultural e pedagógica do País, como os sociólogos Darcy Ribeiro, que falou sobre os novos moldes da Universidade de Brasília (UnB), e Ernesto de Oliveira Júnior, que abordou a questão da evolução da escola superior no Brasil. O evento também contou com a presença de um dos mais ilustres representantes da UnB, o professor Agostinho Silva.

Após várias discussões sobre assuntos acadêmicos, uma das bandeiras levantadas por aqueles que participaram da reunião é que a UFG deveria superar o modelo clássico de ensino que vigorava no País para se aproximar mais da realidade contemporânea mundial. Essa instituição, na visão dos conferencistas, deveria ser "um centro de transformação pedagógica, cultural, social e política, inspirada na cultura e sem concepção ideológica pré-concebida", segundo as palavras do então reitor Colemar Natal.

O alcance de tal ideal sugeria uma intensificação da vida cultural na universidade e, conseqüentemente, uma integração maior entre alunos, professores e comunidade. Para atingir esse objetivo, foram criados, em 1962, como elementos indispensáveis a esse processo de integração, a Rádio Universitária, a Televisão Universitária, os centros de Estudos Brasileiros e Estudos Latino-Americanos.

